Sábado, 31 de Outubro de 2026

PF prende 'Careca do INSS' e outro suspeito de envolvimento em fraude bilionária em benefícios

Operação ainda cumpriu mandados de busca e apreendeu dinheiro, joias e carros, entre eles uma Ferrari F8 e uma réplica do veículo usado por Ayrton Senna na temporada de 1993

A **Polícia Federal** (PF) prendeu nesta sexta-feira (12) os empresários Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como **"Careca do INSS",** e Maurício Camisotti, suspeitos de envolvimento no esquema bilionário de descontos indevidos em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a Operação Cambota é um desdobramento da Operação Sem Desconto.

Além das detenções, os agentes de segurança cumpriram 13 mandados de busca e apreensão em endereços no estado de São Paulo e no Distrito Federal.

A prisão de ambos é resultado de uma solicitação do deputado federal **Alfredo Gaspar** (União-AL), relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a fraudes no INSS. Na semana passada, o colegiado apresentou à Corte um pedido pela detenção de 21 acusados de envolvimento no esquema, entre eles Antunes e Camisotti.

Nesta sexta-feira, Gaspar comemorou a operação da PF. "Vitória! Há pouco mais de uma semana pedi a prisão do Careca do INSS e de Maurício Camisotti, a CPMI aprovou o pedido que fiz. Muitos criticaram, dizendo que era cedo. Mas, pelo Brasil inteiro, o povo era roubado e eles estavam na impunidade. O povo esperava essa atitude. A CPI começa a dar resultado. Nós vamos até o fim. Tinham que ser presos. Ninguém aguenta mais tanta impunidade", disse.

Conforme jornal *O Globo*, as prisões dos suspeitos acontecem após os investigadores identificaram o **risco de fuga** e indícios de **ocultação patrimonial**.

Carros de luxo, obras de arte e dinheiro

Nos endereços alvos da operação, foram apreendidos obras de arte, joias, dinheiro, relógios, móveis antigo e carros, entre eles uma **Ferrari F8** e uma **réplica da McLaren MP4/8**, usada pelo piloto Ayrton Senna na temporada de 1993.



Foto: divulgação

Conforme a corporação, a ação apura os crimes de impedimento ou embaraço de investigação de organização criminosa, dilapidação e ocultação de patrimônio, além da possível obstrução da investigação por parte de alguns investigados.

Prisão do 'Careca do INSS' e Camisotti

O "Careca do INSS" foi preso em Brasília e encaminhado para a Superintendência da PF local. Ele é suspeito de movimentar **R$ 9,3 milhões** em propina a dirigentes do órgão para ter acesso a dados de beneficiários e repassá-los a entidades envolvidas nas fraudes. Até esta manhã, a defesa dele não se manifestou.

Já o empresário Camisotti foi capturando em São Paulo. Em nota ao *O Globo*, a defesa afirma que **não haver "qualquer motivo que justifique sua prisão**" e diz que "adotará todas as medidas legais cabíveis para reverter a prisão e assegurar o pleno respeito aos direitos e garantias fundamentais do empresário".

Os agentes federais também cumprem mandados de busca na casa e no escritório do advogado **Nelson Willians**, investigado por realizar transações financeiras com Camisotti e uma das associações envolvidas no esquema de descontos indevidos do INSS.

Em comunicado ao *O Globo*, a defesa do advogado afirmou que "tem colaborado integralmente com as autoridades" e que "a medida cumprida é de natureza exclusivamente investigativa, não implicando qualquer juízo de culpa ou responsabilidade".

Entenda como era o esquema

Em abril, a PF e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram a Operação Sem Desconto com objetivo de combater um esquema de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões.

O cálculo é que entidades investigadas tenham descontado de aposentados e pensionistas cerca de R$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024. À época, pelo menos seis servidores públicos foram afastados de suas funções.

Cerca de 700 policiais federais e 80 servidores da CGU cumpriram mais de 200 mandados judiciais de busca e apreensão, ordens de sequestro de bens no valor de mais de R$ 1 bilhão e seis mandados de prisão temporária em diversos estados e no DF.

Ainda à época, a PF informou que as investigações identificaram a existência de irregularidades relacionadas aos descontos de mensalidades associativas aplicados sobre benefícios previdenciários, principalmente aposentadorias e pensões, concedidos pelo INSS.

CPMI

A CPMI do Congresso Nacional que apura a fraude bilionária aprovou, nessa quinta-feira (11), cerca de 400 pedidos de informações e de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de suspeitos.

Deputados e senadores que integram o colegiado acertaram requisitar informações sobre registros de entrada e saída de investigados em órgãos públicos; indícios das irregularidades reunidos pelo INSS, pela PF e pela CGU; e quebra de sigilo de pessoas, associações, entidades associativas e empresas investigadas pela Operação Sem Desconto.

Entre os sigilos que serão quebrados estão os do "Careca do INSS", de Maurício Camisoti, e o do ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

Na semana passada, a CPMI já tinha aprovado os pedidos de prisão preventiva de Antunes, Camisoti, Stefanutto e de outros 18 investigados.

Ressarcimentos

Cerca de 1,6 milhão de aposentados e pensionistas que tiveram descontos ilegais em seus benefícios receberam R$ 1,084 bilhão em ressarcimentos do INSS, de acordo com informações divulgadas em agosto. Os débitos indevidos foram executados por associações entre março de 2020 e março de 2025.

O dinheiro para o reembolso vem de medida provisória assinada em julho, que libera R$ 3,31 bilhões para o cumprimento dos acordos judiciais. Por se tratar de crédito extraordinário, os recursos estão fora da meta de resultado primário e do limite de gastos do arcabouço fiscal.

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu na Justiça o bloqueio de R$ 2,8 bilhões em ativos de associações, pessoas físicas e empresas investigadas no esquema de fraude. O dinheiro levantado com a venda desses ativos cobrirá os gastos do Governo para ressarcir os aposentados e pensionistas.

Os ressarcimentos começaram em 24 de julho, em parcela única, com correção dos valores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Cada aposentado ou pensionista recebe diretamente na conta onde o benefício cai mensalmente.

Os pagamentos se dão por ordem de adesão ao acordo com o INSS. Quem aderiu primeiro, vai receber primeiro. A contestação pode ser feita até 14 de novembro de 2025, e a adesão continuará disponível mesmo após essa data.

diariodonordeste

Escrito por

Carol Melo, Beatriz Matos e Agência Brasil